

SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DE TELECOMUNICAÇÕES  
E COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL

## INFORMAÇÃO

Aos Associados do STT

OS MENTIROÇOS NÃO TÊM NOME, MAS TÊM ROSTO

UM ESCLARECIMENTO PÚBLICO É NECESSÁRIO SOBRE A LEI DA MOBILIDADE FUNCIONAL

(artº 120º do Código de Trabalho)

Porque, ontem, mais uma vez, a coberto do anonimato, de novo começaram a surgir no seio dos Trabalhadores da MEO acusações falsas e indignas (sabe-se muito bem donde vêm e de quem apesar de julgarem manter o anonimato) para criar a confusão sobre a negociação e a matéria ligada à questão da Mobilidade Funcional, entendeu a Direcção do STT dirigir-se aos seus associados pública e expressamente esclarecendo o que diz a Lei sobre esta matéria.

Assim o artº 120º do Código de Trabalho logo no seu ponto 1. diz o seguinte:

**“O empregador pode, quando o interesse da Empresa o exija, encarregar o trabalhador de exercer temporariamente funções não compreendidas na actividade contratada, desde que tal não implique modificação substancial da posição do Trabalhador”**

Ou seja;

Desde que a entidade empregadora demonstre claramente os motivos do interesse da Empresa, pode de forma **temporária e fundamentada** exigir ao trabalhador o exercício de funções (inferiores ou superiores) que não se enquadrem na categoria a que pertence desde que essas funções **não signifiquem desqualificação profissional**, repetimos desde que **não signifiquem desqualificação profissional**.

Qualquer alteração das funções nas empresas da Altice Portugal, terão pois de ser justificadas e indicar o tempo previsível para as mesmas, informação a indicar ao trabalhador. A lei impõe que em regra a duração da mesma que não deve, salvo **situação excepcional, ultrapassar os dois anos!**

Lamentavelmente em vários casos que têm ocorrido na Altice Portugal, nomeadamente na MEO a Comex/DRH não têm respeitado estes pressupostos ao alterar as funções de muitos trabalhadores, o que levou em alguns casos, trabalhadores a recorrerem ao Tribunal e por essa via a **verem ser satisfeitas as suas reclamações**.

Jamais o STT por isso aceitaria acordar com a Empresa qualquer alteração ao ACT que **ponha em causa, ou agrave, o conceito** da Lei sobre a Mobilidade Funcional.

Repudiamos desde já as torpes insinuações e acusações que começaram a circular no seio dos trabalhadores via SMS sobre a posição do STT nesta matéria que se encontra ainda em negociação.

Para qualquer esclarecimento adicional que os nossos Associados pretendam obter, agradecemos que contactem os serviços do STT para serem esclarecidos pelos nossos Dirigentes/Assessores Jurídicos.

Lisboa, 21 de Junho de 2018

A Direcção do STT

Sede: Avª dos Estados Unidos da América, nº 53 – 15º Esqº - 1700-165 LISBOA

  
UNION NETWORK INTERNATIONAL

  
MEDIA AND  
ENTERTAINMENT  
INTERNATIONAL

Filiado na

  
CGTP  
INTER-SINDICAL NACIONAL